



331r

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Terceira Câmara de Direito Público
Agravo de Instrumento Nº: 0309.895-1 – Recife
Agravante: Dalva Maria de Barros
Advogado: Marco Aurélio Carneiro de Menezes PE022691
Agravado: Estado de Pernambuco
Procurador: Thiago Arraes de Alencar Norões
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. CARDIOPATIA HIPERTENSIVA. IMPLANTE DE MONITOR INTRACARDÍACO ANGIOMED GUARDIAN. APARELHO COM FINALIDADE PREVENTIVA E NÃO CURATIVA. NÃO COMPROVAÇÃO, *IN CASU*, DA PRELENTE NECESSIDADE DO PROCEDIMENTO COMO MEDIDA PARA RESGUARDO DO DIREITO À VIDA. RECURSO NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

1. Versa a presente lide acerca do custeio de tratamento de saúde de pessoa portadora de enfermidades graves – cardiopatia hipertensiva – que, mesmo após se submeter a angioplastias para implantes de stents, obteve recomendação médica para implante de monitor intracardíaco ANGIOMED GUARDIAN (fls. 32/101).

2. É inconteste que, com a entrada em vigor da Constituição de 1988, o direito à saúde foi elevado à categoria de direito subjetivo público, reconhecendo-se o sujeito como detentor do direito e o Estado o seu devedor, pressupondo o art. 196 da CF a adoção de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação. É certo, outrossim, que qualquer omissão do Estado no papel de garantidor desse direito abrirá ensejo para a propositura de medidas judiciais, não somente naquelas situações em que ele não garantir o direito à saúde, mas também quando o assegurar de forma ineficiente.

3. *In casu*, ao tempo em que se infere do contexto probatório que a agravante efetivamente é portadora de cardiopatia e que já foi acometida por quadro de angina, igualmente deflui da análise dos autos que ela não é pessoa idosa, sendo a colocação do sistema angelmed procedimento de cautela indicado pela médica que acompanha seu quadro clínico tão somente para fins de vigilância (fl. 101).

4. Some-se a isso o fato de que, a teor de matéria jornalística acostada aos autos, o monitor intracardíaco Angelmed guardian não possui finalidade curativa, mas, ao contrário, consiste em um sistema que detecta a falta de oxigênio no músculo cardíaco e avisa com antecedência, mediante emissão de ruídos, se o paciente vai sofrer infarto ou angina, sendo indicado tão somente para as pessoas com alto risco de isquemia, estando ainda em fase de testes clínicos.

5. Não está patente a premente necessidade e utilidade do procedimento em apreço como medida hábil ao resguardo do direito à vida da ora agravante.

6. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente agravo de instrumento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo de Instrumento nº 0309.895-1, da Comarca de Recife, em que figuram, como Agravante, Dalva Maria de Barros e, como agravado, o Estado de Pernambuco, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao presente agravo de instrumento, tudo de conformidade com os votos em anexo, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 26 de Setembro de 2013.


Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



326.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Terceira Câmara de Direito Público
Agravo de Instrumento Nº: 0309.895-1 – Recife
Agravante: Dalva Maria de Barros
Advogado: Marco Aurélio Carneiro de Menezes PE022691
Agravado: Estado de Pernambuco
Procurador: Thiago Arraes de Alencar Norões
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO:

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Dalva Maria de Barros em face do Estado de Pernambuco, impugnando decisão proferida pelo MM. Juiz da 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, Dr. José Viana Ulisses Filho, no bojo da Ação Ordinária tombada sob o nº 0053264-27.2013.8.17.001.

O Magistrado *a quo* (fls. 27) indeferiu a antecipação de tutela requerida.

Relata que há algum tempo sofre de hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus, dislipidemia e doença arterial coronariana, tendo, no final de 2011, submetido-se a exames clínicos que constatarem a presença de placas de gordura nas artérias, o que, por seu turno, levou à realização de angioplastia para implante de stent farmacológico.

Narra, ainda, que em janeiro de 2012, submeteu-se a nova angioplastia, ocasião em que foi colocado mais um stent.

Historia, ademais, que, em novembro de 2012, sofreu uma angina, o que motivou conclusão médica no sentido de que o único tratamento viável é mediante otimização terapêutica, para melhora da sua qualidade de vida no que tange à proteção contra o risco de morte súbita por isquemia miocárdia.

Afirma que, dado o elevado risco cardiovascular por ela apresentado, apresenta indicação para utilização do monitor intracardíaco – sistema angelmed guardian, que ao monitorar o sinal elétrico do coração, tem a função de detectar precocemente o infarto agudo do miocárdio, antes do eletrocardiograma convencional e mesmo ausentes os sintomas no paciente, dando-lhe até 72 (setenta e duas) horas de antecedência, o que propicia a busca de socorro médico.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Assevera que a responsabilidade do Estado em arcar com esse tipo de assistência à saúde está estampada na Constituição Federal de 88, assim como na Constituição Estadual e Legislação infraconstitucional que disciplina sobre a promoção e proteção da saúde.

Acresce que a prova inequívoca das suas alegações evidencia-se pela robusta documentação carreada aos autos, que faz prova de que ela agravante encontra-se efetivamente sofrendo com sua patologia, que pode acarretar o seu falecimento súbito, de modo que a denegação da liminar comprometerá a própria utilidade do processo, tendo em vista a situação em que ela se encontra, não se olvidando que tal conjuntura está se tornando, paulatinamente, mais precária.

Informa que, na região Nordeste, o equipamento almejado é comercializado com exclusividade pela TREVO COMÉRCIO E DISTRIB. HOSPITALAR LTDA. - TREVO INTERNACIONAL, ao custo de R\$ 86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos reais), com o qual não pode arcar sem que isso comprometa a sua subsistência.

Pugna pela antecipação dos efeitos da tutela recursal, para que se determine ao Estado de Pernambuco que forneça em favor dele agravante o sistema ALGELMED GUARDIAN (monitor intracardíaco - cod. 40.05.008-4 + eletrodo ventricular - cod. 40.05.0006-8 + dispositivo externo [EXD]), sob pena de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por dia de descumprimento e, no mérito, requer seja dado provimento ao recurso, confirmando-se a tutela de urgência pleiteada.

Esta Relatoria, por decisão acostada às fls. 194/195-V, indeferiu a antecipação dos efeitos da tutela recursal requerida pela agravante.

Instado a ofertar contrarrazões, o Estado de Pernambuco fê-lo às fls. 300/314, informando, preliminarmente: Que o patrono do ora agravante ajuizou várias demandas no Judiciário local, sendo certo que, em uma delas (processo tombado sob o número 0049863-25-25.2010.8.17.0001), após obter liminar cumprida pelo Estado de Pernambuco, instado a sanar vício processual, mediante a juntada do competente instrumento procuratório, o advogado manteve-se inerte, daí advindo a extinção do feito sem julgamento do mérito, que, tendo em vista a ausência de devolução do aparelho fornecido por força da liminar, representou verdadeira sentença de procedência; Que, tal como ocorreu nos autos daquela outra ação, o patrono da demandante, nos autos do processo tombado sob o número 0050820-26.2010.8.17.0001, a despeito da concessão da liminar e efetiva entrega do aparelho, não



327-

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

instruiu o feito com o instrumento de procuração, estando a demanda até a presente data sem regularização, não obstante intimação do patrono para promovê-la; Que o mesmo patrono ajuizou uma terceira ação (processo nº 0070268-82.2010.8.17.0001) em que, igualmente, requereu prazo para juntada posterior do instrumento de procuração e em que cujo bojo, após não obter o provimento liminar almejado, requereu a desistência da demanda.

Requer, sob alegação da existência de patente interesse mercadológico do patrono do agravante, que seja oficiado ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Estado de Pernambuco para que estes órgãos procedam às investigações necessárias.

No mérito, aduz, em síntese:

1) Que não há verossimilhança nas alegações, nem prova inequívoca da pretensão da agravada, que não merece acolhida por não encontrar respaldo jurídico e por não haver comprovado que os equipamentos cujo fornecimento é pleiteado sejam a única alternativa terapêutica adequada à suposta enfermidade que alega ser portador;

2) Que é indiscutível que os equipamentos requeridos não têm função curativa e as circunstâncias fáticas apuradas não demonstram a efetiva imprescindibilidade da implantação pretendida;

3) Que, havendo disponibilidade de um tratamento adequado mais econômico, não pode o indivíduo pretender que a sua escolha pessoal prevaleça sobre a opção menos custosa, tendo em vista o caráter limitado dos recursos públicos;

4) Que, quando um médico indica um tratamento a ser ministrado com recursos públicos, este deve estar em harmonia com as disposições oriundas dos estudos e padronizações do Ministério da Saúde, sob pena de se inviabilizar o próprio funcionamento e consecução dos objetivos do SUS.

Pugna pelo não provimento do recurso.

O *Parquet* ofertou parecer às fls. 320/323, opinando pelo provimento do recurso, argumentando para tanto que o fato de a autora necessitar de intervenção cirúrgica para implante do monitor intracardíaco e implante de eletrodo intraventricular e dispositivo externo, o que se mostra indicado para o monitoramento de sua doença, aliado à inafastável obrigação do Estado de assegurar a todos o direito à saúde, justifica a concessão da tutela antecipada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

É o que de relevante se tem a relatar.

Inclua-se em pauta.

Recife, 17 de setembro de 2013.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



332✓

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Terceira Câmara de Direito Público
Agravo de Instrumento Nº: 0309.895-1 – Recife
Agravante: Dalva Maria de Barros
Advogado: Marco Aurélio Carneiro de Menezes PE022691
Agravado: Estado de Pernambuco
Procurador: Thiago Arraes de Alencar Norões
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO:

A decisão impugnada encontra-se acostado à fl. 27 dos autos.

Preliminarmente, no que concerne aos fatos narrados pelo Estado de Pernambuco sobre a conduta do patrono do agravante em processos que tem objeto similar ao da ação originária em que foi exarada a decisão ora vergastada, entendo razoável a adoção de diligência tendente à comunicação dos fatos ao Ministério Público Estadual, com vistas à tomada das providências que entender cabíveis.

Passemos ao mérito.

Versa a presente lide acerca do custeio de tratamento de saúde de pessoa portadora de enfermidades graves – cardiopatia hipertensiva – que, mesmo após se submeter a angioplastias para implantes de stents, obteve recomendação médica para implante de monitor intracardíaco ANGIOMED GUARDIAN (fls. 32/101).

É inconteste que, com a entrada em vigor da Constituição de 1988, o direito à saúde foi elevado à categoria de direito subjetivo público, reconhecendo-se o sujeito como detentor do direito e o Estado o seu devedor, pressupondo o art. 196 da CF a adoção de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

É certo, outrossim, que qualquer omissão do Estado no papel de garantidor desse direito abrirá ensejo para a propositura de medidas judiciais, não somente naquelas situações em que ele não garantir o direito à saúde, mas também quando o assegurar de forma ineficiente.

In casu, ao tempo em que se infere do contexto probatório que a agravante efetivamente é portadora de cardiopatia e que já foi



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

acometida por quadro de angina, igualmente deflui da análise dos autos que ela não é pessoa idosa, sendo a colocação do sistema angelmed procedimento de cautela indicado pela médica que acompanha seu quadro clínico tão somente para fins de vigilância (fl. 101).

Some-se a isso o fato de que, a teor de matéria jornalística acostada aos autos, o monitor intracardíaco Angelmed guardian não possui finalidade curativa, mas, ao contrário, consiste em um sistema que detecta a falta de oxigênio no músculo cardíaco e avisa com antecedência, mediante emissão de ruídos, se o paciente vai sofrer infarto ou angina, sendo indicado tão somente para as pessoas com alto risco de isquemia, estando ainda em fase de testes clínicos.

Ora, não está patente, ao menos a um exame prefacial da lide, a premente necessidade e utilidade do procedimento em apreço como medida hábil ao resguardo do direito à vida da ora agravante.

Ante o exposto, voto pelo não provimento do presente recurso.

Expeça-se ofício ao Ministério Público Estadual, comunicando-lhe os fatos relatados nas contrarrazões ofertadas pelo Estado de Pernambuco, no que pertine ao procedimento do Dr. Marco Aurélio Carneiro de Menezes PE022691, patrono da ora agravante, na condução dos processos ali indicados.

Recife, 26 de Setembro de 2013.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator